

CIDADES E ALIENAÇÃO: DOS MANUSCRITOS AO MUNDO URBANO

Antonio Carlos Gaeta

Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
Departamento de Administração Pública, Araraquara (SP)
gaeta@fclar.unesp.br

RESUMO

A atitude hostil da moderna cidade deve ser motivo de reflexão para os geógrafos e ponto de partida para uma metodologia particular. Na medida em que a espacialidade madura do capitalismo coincide com um processo de dissolução do sujeito, distanciamento e estranhamento parecem constituir-se em um grande tema da geografia. Que significado tem a fisionomia urbana diante da problemática da dissolução do sujeito? Analisar a cidade enquanto subjetividade perdida, compreender o espaço em seu processo de coisificação, eis a proposta aqui apresentada.

Palavras chave: cidades, alienação, urbano.

CITIES AND ALIENATION: OF THE MANUSCRIPTS TO THE URBAN WORLD

ABSTRACT

The hostile attitude of the city must be theme for geographers and a special method for urban geography. While later capitalism spatiality coincides with dissolution process person, distance and strange seem compose the great theme of geography. What meaning has physiognomy urban in front of dissolution person problem? To analyze the city while lost subjectivity, to understand the space while fetishism process, here is the proposal of this article.

Key-words: Cities, alienations, the urban.

INTRODUÇÃO

No momento histórico de transição para uma espacialidade madura do capitalismo, a tensão entre sujeito e cidade surge como uma questão essencial para a geografia. Distanciamento e o estranhamento estruturam a sociedade moderna e, por decorrência, a relação entre o homem e sua obra.

Na história da geografia não há indiferença frente à inquietação provocada pelo distanciamento e pelo estranhamento. Constitui-se, ao contrário, um dos pilares da *origem romântica* da geografia moderna. No entanto, talvez ela tenha aparecido, para nós geógrafos, de maneira perversa. O florescimento do cadastramento e da cartografia, no final do século XVII, por exemplo, foi alicerce para a geografia, para o conhecimento do "mundo". O outro lado da questão - muito além da estruturação da administração moderna, do gerenciamento para a guerra e para o mercado - revela a questão do "homem perdido", a qual talvez seja o *grande tema encoberto da geografia*.

Desde o alvorecer do moderno, a preocupação com o *controle* - como parece ter sido a razão específica daquele contexto histórico - assinala a iminência do desaparecimento da *marca pessoal*.

Recebido em 25/07/2006
Aprovado para publicação em 19/09/2006

A dissolução do sujeito e a *coisificação* do objeto surgem evidentes na metrópole do século XIX, conforme avaliará Walter Benjamin.

Em oposição, deve-se assinalar que o período é também o da emergência do sujeito livre das amarras do obscurantismo religioso e das relações de dominação pessoal. Há a manifestação grandiosa do sujeito, da individualidade, como questão central, porém acompanhada do seu desgaste, o que vem a caracterizar o dilema da modernidade.

Dentre os vários fenômenos ocorridos no interior da transição para a etapa de maturidade do capitalismo, sedimenta-se a tendência à dissolução do sujeito. Trata-se de um processo que se traduz por *perda*. Compreendê-la na fase recente e como ela constitui-se enquanto processo histórico é um caminho importante para a compreensão da verdade da cidade moderna. Nessa perspectiva a *alienação* e o *fetichismo* surgem como leituras importantes para a geografia e o estudo do urbano em geral.

Uma das questões imediatas para fazer esta leitura é preparar o terreno livre de preconceitos que uma abordagem apressada da *alienação* costuma trazer. Por isso, antes mesmo de considerar a cidade moderna na sua constituição presente, há que se por em causa o próprio conceito de alienação. Não é possível contentar-se com uma versão simplificada que, por vezes, cerca a leitura de Marx. É importante compreendê-la como processo histórico inconcluso. Isto não significa dizer que a alienação *substitui* a história, pois, em certo sentido, é a própria história vista a partir de uma perspectiva. Há, no entanto, quando se toma esse caminho um certo distanciamento de conjunturas históricas em suas minúcias, um distanciamento desse cotidiano complexo que constitui a própria ciência histórica.

Apresenta-se, portanto, uma perspectiva que privilegia a filosofia urbana, o caráter dessa cidade. A história que é privilegiada no espaço urbano centra-se no seu processo de constituição, nas suas fontes genéticas a partir de um ponto escolhido: a relação sujeito-objeto, sujeito-obra, sujeito-espaço. Apesar da crítica imediata que pode ser feita quanto a este ponto, não se está excluindo a própria *desmaterialização* do sujeito. O sujeito *perdido* é fundamental. A onipotência do *administrado* também o é, igualmente.

Outra advertência deve ser feita. Não se trata de fazer um discurso da *desalienação*. É possível? Aqui apenas é revelada uma nova possibilidade de análise frente o urbano moderno.

Quando se trata de sujeito e objeto, sujeito e obra, sujeito e cidade, uma das questões essenciais é aproximar a cidade enquanto *espelho* do eu. Nesta condição, a cidade é vista pela subjetividade. No entanto, não se trata de fazer o "retrato" da cidade pelos tipos humanos, o que também seria importante e tem sido feito por alguns pensadores em épocas diferentes. Desde o pós-guerra, de filósofos do urbano, como Henri Lefèbvre, até os contemporâneos novos geógrafos norte-americanos, há um apontamento para a insuficiência das leituras *estritamente* espaciais, para o fetichismo do espaço. Porém, talvez seja necessário fixar-se no estritamente espacial, sem romper com a concepção que o engloba na relação sujeito-objeto.

A metodologia proposta significa ver a cidade, analisá-la enquanto subjetividade, mas *através da própria cidade*. Como o espaço caminha enquanto *coisificação*? Tendo em vista as questões atuais, o que significa essa fisionomia urbana, considerando-a como algo vivo (*não orgânico, biológico*) em que há a problemática do sujeito?

Duas perspectivas devem ser consideradas de imediato: o processo de construção da forma urbana e o distanciamento do sujeito no processo de construção. Na perspectiva da alienação tem-se, de um lado, a perda do objeto-cidade, o distanciamento frente a ele, e de outro, o sentimento de perda do sujeito, o seu estranhamento frente a ele.

Enquanto parâmetro, a consideração de *novas* formas no urbano paulistano, da Grande São Paulo, da metrópole, *referência*, é bastante adequada. Uma perspectiva baseada na *alienação*, tal como desenvolvida a partir dos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos de 1844* de Marx, é enriquecedora para a análise urbana e permite, pelo menos em parte, inserir-se na discussão entre moderno,

moderno tardio e pós-moderno.

Esta leitura permite que, na abordagem das novas formalizações urbanas, possa-se ir além do encantamento com a ordenação, a organização ou a suposta negação do moderno que elas conteriam. Ou de uma contraposição planejamento e caos. Da mesma forma, permite o desvio de um discurso moralista de condenação da segregação ou, ainda, de enquadramento dessa nova formalidade a partir de uma explicação *terceiro-mundista*.

A consideração desse *novo* como parâmetro para a análise também é conveniente na medida da sedução tradicional que o *novo* exerce nos estudos geográficos, não apenas como objeto de indagação científica (o que seria mais do que justificável), mas como simples paixão pela atualidade. Através da perspectiva aqui definida constrói-se um exercício ao mesmo tempo de crítica a premissas costumeiras em geografia e de crítica radical à estruturação desse espaço urbano.

Homogeneização e Diversidade

O século XIX é o mundo da emergência da metrópole dentro dos parâmetros que a reconhecemos hoje. É nele que encontramos as raízes dessa *urbanização do mundo*, que nos fala Lefèbvre. Neste período, de amadurecimento da sociedade moderna, há uma transformação qualitativa da cidade que deve ser equiparada a uma transformação da *interioridade*. Ela atingiu tanto o indivíduo como o espaço da cidade.

A transformação do *interior* do indivíduo já foi apontada por Hobsbawm. Para o burguês da época do liberalismo, a guerra que ele travava no externo a sua casa, a luta pela continuidade de sua existência enquanto cidadão-*burguês*, a hostilidade e selvageria daquele mundo exterior, tudo era sentido como uma ameaça a sua própria individualidade. No mundo interior, da casa, o burguês cercava-se da ordem e dos objetos de decoração. Havia um mundo *repleto e oculto* (ao exterior) que representava, para o indivíduo, a segurança para a sua própria individualidade já ameaçada.

A transformação do *interior* da cidade, visivelmente associado a fenômenos inter-dependentes como da transformação do campo, do aparecimento das cidades industriais e das metrópoles, segue um caminho paralelo. As expressões novas e caracterizadoras das grandes cidades acompanham essa afirmação da individualidade ameaçada. O fenômeno de urbanização generalizada e de grandes concentrações urbanas associa-se a uma mudança de ritmo, de tempo. Transitou-se de um tempo *compassado* para um tempo *da velocidade* na metrópole do século XIX. E deste para a *aceleração* no século XX, como afirma Virilio. Caminhou-se para um tempo *quebrado* como o do agora. Houve também uma conquista de outras dimensões de tempo, como a do tempo noturno. Ocupou-se e organizou-se um lado "escondido", principalmente na grande cidade, através da noite com seus componentes espaciais.

A sociedade moderna conseguiu dar, no século XIX, o seu salto de maioridade. Concentrou riqueza na forma de capital e criou poderosos instrumentos de transformação. Explodiu, enquanto construção, e provocou a destruição acelerada de resíduos da organização social e produtiva anterior.

A complexidade dessa destruição, dependente da capacidade da nova sociedade em ocupar todos os poros do mundo e da presença maior ou menor das relações locais em situações específicas, inspirou, por outro lado e talvez pelo avesso, o *modernismo progressista* enquanto proposta de renovação do espaço, do urbano. Mas até que ponto? Não é verdadeiro que um dos mais conhecidos retratos do capitalismo, feito no século XIX por Engels a respeito de Londres denuncia justamente a despreocupação com a totalidade, a despreocupação na convivência de contrastes? Isso é inegável, mas o *moderno progressista*, construtor-destruidor, é posterior a essa fase, característica de uma espécie de infância do capitalismo na sua relação com a cidade. A nova sociedade vê-se às voltas com os dilemas de amadurecimento da classe dominante. É o domínio do *mundo interior burguês* tal como descrito por Hobsbawm: *essa é a minha propriedade, é meu*, tal como um ideal iluminista deteriorado. Pois os valores desse mundo rápido entraram em declínio, incompatíveis com o próprio desenvolvimento da sociedade moderna. Estabeleceu-se um domínio

quase absoluto do *moderno progressista* na concepção e na intervenção urbana, acentuando a incapacidade em *distinguir na destruição*.

E quanto à construção? Rigorosamente, a urbanização enquanto fenômeno universal é um produto deste amadurecimento capitalista. Mas é bom que se afirme que ela é mais que uma quantificação. Ela é a produção de formas espaciais novas. A metrópole moderna, com toda a sua complexidade de funções e divisões, é um produto da época. Grandes concentrações, traduzidas em metrópoles, aglomerações de porte, continuidade urbana, cidades industriais, tal é a imagem criada por esse desenvolvimento. Se junta então concentração, como as metrópoles, e dispersão, no sentido de generalização do urbano. Nessa construção uma das questões básicas é não esquecer que o seu elemento propulsor, o da produção, da criação, enquanto capitalismo é o *reduccionismo econômico*, embora a sociedade, na sua complexidade, seja mais que esse limite. Trata-se, acompanhando uma conceituação marxista, do *trabalho morto*-capital subjugando o *sujeito*. Nesse sentido, essa consagração da nova relação sujeito-objeto é que compõe o fenômeno urbano. Não é uma redução absoluta, mas é uma questão básica.

A nova relação sujeito-objeto supera as antigas relações *personais* de dominação, relações que envolviam, por exemplo, o trabalhador no seu processo de criação. Essa quebra do *personal* vai também caracterizar o urbano. A quebra desse *personal* tem o seu lado libertador, na medida em que rompe com o limite do local, do específico, do regional e *abre para o universal*. Nessa medida a cidade constitui-se como racionalidade, liberta de entraves, de amarras. Mas, mesmo para a universalidade há uma expressão homogenizadora, significando destruição da individualidade. Ao lado disso há uma individualidade exacerbada *enquanto uso do consumo* na expressão da subjetividade, conforme as palavras de Patrick Ashton.

Essa quebra, ao instaurar esse novo, cria situações *fantasmagóricas*, o que é representativo da perda da identidade das coisas e dissolução da marca pessoal. Um exemplo interessante é a constituição de um "sujeito urbano" na metrópole através da multidão. Considera-se a multidão como sinônimo de perda de atributos humanos na medida em que significa a suspensão da identidade individual correspondendo a um comportamento em obediência a um *poder invisível*, conforme as agudas observações de Walter Benjamin em seus estudos sobre o século XIX.

Racionalidade e Sujeito Expressivo

A idéia de multidão versus sujeito individual, da mesma forma que a dissolução do individual no universal, ou do local no mundial, pode ter uma outra perspectiva. Embora considerando a questão da *perda*, Walter Benjamin não a vê como um fato absoluto e só problemático para o sujeito individual. A multidão, num mundo hostil, é a possibilidade de *não deixar rastros*, de permanecer incógnito, *incontrolável*. Ou seja, embora não ocupando o primeiro plano nesse processo de transformação, tem-se também uma dimensão de luta entre razão e mito, entre razão crítica e razão instrumental. Em termos de espaço, de cidade, não se pode esquecer que, de toda a forma, é uma luta entre a cidade do século XVIII, do espaço *fechado*, e a cidade do século XIX, do espaço *aberto*.

Ou seja, além de uma visão absolutamente crítica da racionalidade deve-se afirmar esse lado libertador da cidade moderna: é uma racionalidade que se opõe a um mítico e que remete a uma passada e penosa tutela do sagrado, representado na Europa, por exemplo, pela instituição Igreja. Porém, é uma racionalidade que submete. Mesmo submetendo, no entanto, ela permite alguma forma de libertação. Isto é muito interessante porque nos traz elementos para uma discussão do esgotamento do moderno frente a um cogitado pós-moderno provável.

Esse poder invisível, ao qual a multidão seria obediente, é, de certa forma e na perspectiva do urbano, a própria metrópole, sua forma e seus ritmos. Não é apenas um capitalismo sinônimo de indústria, quando muito de cidade industrial, que está em questão. É uma nova lógica organizacional que avança e que diz respeito à relação sujeito-objeto. Não apenas o homem dentro da fábrica sofre um processo de *automatização*, com gestos não espontâneos, significando um poder não humano a lhe guiar. Também o homem *fora da fábrica* é tocado pelo mesmo processo. Embora se trate de um processo de *racionalização*, diante do universo de então, da *irracionalidade*,

do *mito*, é uma racionalidade *capitalista*, adjetivada, restritiva, que vai conquistando o tecido social, em todas suas expressões, inclusive na espacial. Transforma-se em cotidiano.

Essa transformação do cotidiano associa uma transformação espacial, como a esboçada, a uma transformação *temporal*. O movimento ritmado, como o da multidão na metrópole, relaciona-se ao *tempo útil de trabalho*, tal como visto nas fábricas. Ou seja, perdem-se totalmente quaisquer vínculos com o *tempo da natureza* e estruturam-se os vínculos com um tempo *abstrato*, significando um poder que disciplina *invisivelmente*.

Começa a se construir uma nova racionalidade espacial. Um dos seus aspectos exteriores é a nova mobilidade, correspondendo ao aumento da divisão do trabalho, da especialização, bem como da cooperação e do aumento da produtividade. Este caráter *produtivista* e *cooperativo* favorece a concentração enquanto característica espacializada. Ao mesmo tempo, em paralelo a essa força centrípeta as mesmas condições, materializadas em técnica, permitem inserir a distância, como força centrípeta. A propósito, Hans Blumenfeld afirma:

“a ação conjunta dessas tendências produziu a forma de estabelecimento que denominamos metrópole. Já não é a cidade, como essa instituição era compreendida no passado, mas por outro lado, evidentemente, não é o campo”

Todos esses novos elementos, mobilidade, horizontalidade nova, verticalidade, inseridos nessa *nova forma de cidade* desde o final do século XIX, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa entram, em parte, na racionalidade capitalista, caracterizando uma tendência que identifica novas qualidades na relação entre sujeito e objeto, entre cidadão e obra urbana.

Essa nova forma que a cidade adquire deve ser associada a sua *alma* que é a formação e expansão do capitalismo. Isto não significa dizer que a cidade tenha uma pureza capitalista, porque ela compõe-se de histórias de relações sociais diferentes e que convivem. Porém, o eixo de transformação é dado por essa direção. Em segundo lugar, o capitalismo sofre transformações profundas durante a sua história. O capitalismo do século XIX ainda carece de poder mundial, de capacidade de transformação e organização do espaço, de qualificativos limitantes. Em terceiro lugar, a cidade, como produto humano, não é um ser amorfo, uma coisa, mas um todo, que embora dirigido por uma perspectiva limitante, apresenta reações e criações por obra do sujeito total.

O sujeito *expressivo*, embora limitado, não morre. Há uma mercantilização no sentido geral, mas a *arte* permanece. Não há um sujeito-cidade, embora a forma não seja um *nada*. Tanto como produto humano, ou como “trabalho morto”, ela interage por estar *viva*. Ela diz. De qualquer forma, rigorosamente não se pode falar de um “sujeito cidade”, desvinculado de uma *alma* e, talvez mais propriamente, de uma *possessão*. Na nova etapa, com o recurso técnico, o crescimento da cidade a partir do preenchimento dos espaços vazios altera-se. O que é considerado “espaço vazio” sofre alteração. Há não só verticalização como também *aprofundamento*. Esta questão pode ser mais bem compreendida na medida em que se faz um paralelo com o mercado. Numa primeira etapa a conquista de mercados significa conquista de áreas para certos tipos de mercadorias, como, por exemplo, tecidos. Na segunda etapa, a conquista de mercados significa domínio das mesmas áreas já ocupadas pelo “mercado”, com mais produtos e diluindo, dissolvendo, as formas e produtos não capitalistas.

A transformação urbana que se realiza traz, ainda, uma outra dimensão. Ela permite, por uma perspectiva inusitada, a aproximação do espaço constituído com a mercadoria. O ritmo acelerado que passa a reinar na cidade moderna, na metrópole do século XIX, o cotidiano da multidão, dos longos trajetos, entre outros exemplos, cria imagens de passagem como num filme. A atividade de observar coisas e pessoas passa a destacar-se. Este “estar à mostra” aproxima então indivíduo e mercadoria, cidade e mercadoria. A exposição é a vitrine. Mesmo nessa situação de constituição do moderno, no entanto, Benjamin vê um lado contraditório positivo, pois pelo olhar podem ser captadas imagens. Essas imagens potencialmente *condensam o conhecimento da cidade*, dos outros, de si mesmo. A imagem é como uma mônada que, embora enigmática, é passível de revelação. E mesmo na condição do sujeito observador, do indivíduo fetichizado pela mercadoria

(“*eu sou você*”), há pelo menos três possibilidades: observo e estou fora, observo e critico, observo e me constituo.

Reordenação Lógica do Espaço e Geografia Gerenciada

Em termos de espaço, fica evidente uma *reordenação* lógica, porque é “*a partir da empresa*” que ele se estrutura. Significa, em sentido geral, uma redução das variações, das variedades de tendências organizativas, de ações, na estruturação espacial. No entanto, nunca há a sua anulação completa na medida em que qualidades submetidas ou sufocadas podem retornar indireta e sutilmente, tal como uma força inconsciente e orgânica que persiste no sujeito-qualidade reprimido. Essa tendência à homogeneização pode ser compreendida como “*redução das qualidades e variedades, dos sujeitos, dos específicos*” na organização espacial, pelo menos enquanto *agentes* reconhecidos. Note-se que entrarão como especificidades pela via da determinação do olhar da empresa e passarão ao direito de existência na medida em que puderem ser aproveitados na nova lógica mercantil.

Essa situação, por outro lado, também significa - e não se pode esquecer - uma capacidade universalista que antes era confusa na medida dos diversos agentes em concorrência.

Mas, nesse início de século, diante dessa referida *tendência à homogeneização* não se tem justamente o contrário, uma explosão de diversidade em foco? Não é o fim das concepções universalistas do moderno que estão sendo questionadas? Bem, a respeito pode-se dizer que a explosão das diversidades, em termos aparentes, é inquestionável. Mas, por outro lado, deve ser considerado que a explosão de diversidades reprimidas pode significar, também, mais do que a estruturação de um novo e sim a destruição de um velho. Parece ser importante considerar o fim de uma época em que o Estado ocupou - e teve - uma arena privilegiada e totalizante. O seu recuo é o afloramento dessas diversidades. Por outro lado, e de maneira associada, está a articulação, em um novo patamar, do mercantil, capaz de aproveitar qualidades e diversidades antes perdidas, esquecidas ou pouco aproveitadas. A sua iluminação parece significar algo mais próximo da exposição de mercadorias e menos da valorização do individual.

A vocação universal do capitalismo também se expressa, na nova sociedade e na nova espacialidade, pela tendência ao rompimento com os *limites do já constituído* (concepção do moderno!), com as *determinações*. Essa universalidade, com seus lados positivos e negativos, é, no princípio, só fundamental para a produção, mas depois transborda para o que se pode chamar de demais fases do circuito produtivo. Trata-se de introduzir o tempo linear, transpor a medição de tempo na fábrica e extravasá-la para todos os poros sociais.

Enquanto rompimento com os *limites do já constituído* significa, por outro lado, o *preenchimento de todos os espaços*, do estritamente espacial, do geográfico. Na medida em que a lógica social, a homogeneização, a *divisão social do trabalho* e seu automatismo avançam, há um comprometimento do “*âmbito da retotalização humana*” e do “*campo de manobra ou jogo onde o indivíduo pode exercitar minimamente a sua autonomia*” (PAULO NETTO, 1981). É nisto que se insere uma *geografia gerenciada* na administração do espaço, o controle gerenciado e monopolizado para impor um cotidiano *preenchido* e *administrado*. Por outro lado, não se pode esquecer que o desenvolvimento do ordenamento, da administração do cotidiano e do espaço, é anterior a uma necessidade puramente econômica solidamente estabelecida. Na verdade, surge como tendência de futuro avassalador, desde o século XIX, época do liberalismo, na medida em que a impossibilidade do *harmônico* criou as condições subjetivas para tal desenvolvimento.

A *geografia gerenciada* impõe-se por novas formas urbanas. Nelas *distanciamento* e *programação* são componentes formadores. *Distanciamento* - que pode ser referido a questão da individualidade e ao sujeito enquanto história - traduz uma nova forma urbana que, em primeiro lugar, está distanciada da cidade enquanto *processo* de construção, pois rompe com sua história ou a destrói, mormente frente a referências imediatas ou próximas. Está distanciada da cidade tanto no que se refere à continuidade, principalmente o entorno, como no que se refere a estratos funcionais, como o comercial ou o imobiliário. O sujeito fica distanciada dessa nova cidade construída, na medida do esvaziamento do espaço público (da rua, do afastamento da rua, da galeria, da loja de

departamento, do shopping) e na medida do esvaziamento de uma mediação que o permita compreender o seu surgimento-afloramento no solo urbano. A programação significa uma coisificação da vivência espacial, um detalhamento da vivência espacial que se impõe ao sujeito. A reificação desse cotidiano tem a dimensão de vivência espacial determinada. Nela as formas constituem a aparência.

Chega-se, enfim, ao final do século XX a uma imagem-símbolo, a das *edges-cities* americanas. São representativas do tipo de *descolamento* que aparece no urbano em nossa época. A diferença de qualidade e a atualidade do tema podem ser acompanhadas pelo próprio desenvolvimento nos Estados Unidos. Mercantilizar toda a cidade, avançar o urbano, mercantilizar o vertical e o horizontal urbanos, mercantilizar o campo, mercantilizar a vivência, o cotidiano, tudo isso aparece na suburbanização americana desde os anos 20. No entanto hoje o que pode parecer um certo tipo de suburbanização é *estranhado* entre os próprios americanos. As “*edge-cities*”, subúrbios descontextualizados de cidades metrópoles ou centrais, com ar de autonomia, estão desvinculados de qualquer concepção de “vida comunitária” das décadas passadas (que bem ou mal presidiram a constituição dos subúrbios). À beira de uma estrada, estão despreocupadas com a *identidade*, apresentando ausência de nome, e nisto diferem da busca de identidade nas formalizações modernas e tardo-modernistas. De alguma forma assemelhadas a Los Angeles - pela imagem de uma ausência de centro e de um espalhamento urbano que exige velocidade, impõe um espaço-tempo, e dissolve a vizinhança - ou Las Vegas - pela idéia de uma imagem, face humana do homem moderno no deserto - as *edge cities* não têm centro - o que de forma atenuada ocorre em grandes cidades - não têm espírito comunitário - como os subúrbios e o moderno - e por essa perspectiva *não têm alma* - há um gélido ambiente quando não se tem o carro. Uma das críticas feitas a essa cidade sem alma é a “ausência” dos próprios habitantes que não criam laços emocionais de importância com seu habitat. Obviamente, a ausência de sabor e tensão, a ausência efetiva de esquinas, cruzamentos (proposta do moderno progressista, não se pode esquecer) também aparece nas metrópoles. No entanto, a metrópole tradicional parece pulsar mais e vivamente.

Contraditoriamente há nas *edge cities* uma complementaridade (equipamentos diversificados de serviços e lazer) que não existia nos subúrbios, um desenvolvimento, embora com característica de esvaziamento da vida social, que tem a aparência de uma “procura interior”: o indivíduo cerca-se de objetos, o subúrbio cerca-se de complementaridades, mas isola-se. Nelas há uma junção veloz de grandes formas mais longamente planejadas, como os condomínios residenciais, e de outras formas rápidas que se aglutinam como grandes conjuntos de escritórios e shopping centers, além de um varejo moderno, como lojas de departamento, ou tardo-modernista ou pós-modernista, como redes de fast-food, vídeo locadoras, academias de ginástica. Esse encontro das distintas formalidades, das diferentes relações de contextualização e descontextualização que elas comportam, é um dos temas mais ricos para a geografia urbana atual.

Público e Privado

A questão da dissolução do sujeito a partir da homogeneidade que a racionalidade capitalista traz, apesar da aparência de uma diversificação de qualidades, pode ser vista também quando se considera a relação entre o espaço público e o espaço privado. O espaço “público” também é uma criação dos novos tempos, da nova sociedade utópica que a burguesia encarnou.

A concepção de um espaço *livre*, de uma cidade que representasse o espaço livre, nasceu com a burguesia revolucionária, com os ideais iluministas, quando o *particular*, mais que o *privado*, era o constrangido pelo *social*, então reduzido à vontade do autoritário, da tradição imposta, do sagrado mitológico. Com o amadurecimento da nova sociedade e da nova espacialidade houve uma alteração. A cidade do século XIX, a cidade industrial em especial ou a metrópole mais complexa de então refizeram as utopias.

Houve uma transformação na relação entre privado e público, tal como estabelecida a partir da cidade moderna. Essa transformação significou ainda uma alteração importante na constituição do sujeito urbano, e da cidade enquanto obra humana. Em primeiro lugar esta ocorreu na indústria,

mas depois foi desdobrada para o comércio, serviços, e para a cidade como um todo. A empresa, significando toda a atividade privada, e que na origem era rainha absoluta apenas no interior da fábrica, enfrentou e ocupou o externo-antes “natureza” hostil.

Essa “natureza hostil” também se mercantilizou. O todo cidade mercantilizou-se. O privado absorveu funções antes desenvolvidas pelo social visto como “mercado”, ou seja, o antigo *insondável* ambiente de consumação da produção. Numa primeira etapa histórica o privado-fábrica confrontou-se com o social, entendido como as limitações pela presença do não mercantil. Numa segunda etapa, o privado, ampliado além da fábrica, confrontou-se com o mercado externo à fábrica, devido ao constrangimento das inúmeras ações privadas, do descontrole da complexidade do mundo mercantil onde a produção devia se consumir. Numa terceira etapa, o privado absorveu as funções descontroladas do mercado.

O privado também absorveu algumas funções sociais antes reservadas ao Estado, inclusive algumas voltadas ao desenvolvimento relativamente tranqüilo da sociedade para garantir a sua reprodução.

Essa absorção não teve o sentido de redução à unidade fábrica e sim de universalização do que antes era só privativo. Então: a empresa englobou diversos mecanismos e funções que eram antes do “externo”, ou seja, desenvolvidas no mercado e pelo poder público. Isto deu um caráter menos anárquico e mais organizado do mercado, pelo menos do ponto de vista da empresa. Isto já foi bastante destacado, desde o começo do século XX, enquanto tendência.

Neste início de século este desdobramento da empresa não é apenas horizontal mas também vertical, profundo. Na relação entre o espaço estritamente mercantil *particular* e o espaço pré-existente, este último representa o estritamente mercantil *geral*, o público-Estatal, o não mercantil ou o criativo. A investida do estritamente mercantil, representado pela figura “empresa”, significa a ocupação de funções, tanto em nome do interesse econômico como em nome da harmonia social (como, por exemplo, diante de um caos urbano). Esta situação é a mais conhecida e previsível. Também há a pura e simples anulação do pré-existente. Além disso, o pré-existente é motivo de criatividade para o avanço do espaço estritamente mercantil. Assinale-se que esse espaço deve ser entendido não apenas como algo já constituído que cresce, mas também como uma concepção totalizante mercantil que se materializa em formas novas. Pois bem, o espaço estritamente mercantil ancora-se em novas possibilidades antes esparramadas nas mãos do público-Estado, nas mãos do público, do criativo-arte, por exemplo, e as renova, materializa-as em formalizações novas e caminhos novos de organização da cidade.

A passagem de uma fase em que o privado tem seu espaço circunscrito para outra, em que o privado engloba o público, não corresponde exatamente a privatização do público, mas a um privado que substitui muitas vezes o público e que confunde-se com o público: o caso da área de circulação dos shopping centers é representativa.

É uma fase de dissolução do público, pois, mesmo enquanto receptáculo do mercantil, mantinha antes uma independência visível. Isto agora se inverte e acaba gerando a *programação*, a partir do privado e da racionalidade do privado, de um novo espaço com *programação* de um novo tempo. A programação exige administração desse cotidiano urbano e une-se à invisibilidade do poder, de forma a produzir mais claramente um *fetichismo* urbano. A invisibilidade do *gerenciamento científico* do espaço representa uma autoridade que não aparece a não ser em portarias e regulamentos, ou ainda que nem dói, tal como uma disciplina doce e tida como lógica e racional.

Uma das particularidades das formalizações recentes, megaestruturas descontextualizadas, é a própria *visibilidade* do poder, uma administração do cotidiano que avança pelo público ao mesmo tempo que é sutil. Esse é um dos temas da Escola de *Frankfurt* a partir de Marx. As relações humanas que se estabelecem nesses espaços ganham um caráter administrativo rotineiro que se confunde com as próprias formas. De certa maneira colam-se ao *tempo* e ao *espaço* destituído da *versão* (o homem). Esse sentido de *vivência espacial determinada*, herança de um moderno *autoritário* mais que libertador, é apresentado como negação do moderno.

REFERÊNCIAS

ASHTON, Patrick (1984). "Urbanization and the dynamics of suburban development under capitalism". In TABB, W. K. e SAWERS, L.. *Marxism and the Metropolis. New perspectives in urban political economy*. New York: Oxford.

BENJAMIN, Walter (1989). *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense.

BLUMENFELD, Hans (1977), "A metrópole moderna". In DAVIS, K.. *Cidades. A urbanização da humanidade*. Rio de Janeiro: Zahar.

GAETA, Antonio Carlos (1995). *São Paulo: Fisionomia Urbana e Fetiche. Novas formas urbanas e o processo de alienação*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo.

LEFÈBVRE, Henri (1983). *La Revolución Urbana*. Madrid: Alianza Editorial.

PAULO NETTO, José (1981). *Capitalismo e Reificação*. São Paulo: LECH.

PEIXOTO, Nelson Brissac (1987). *Cenários em Ruínas: a realidade imaginária contemporânea*. São Paulo: Brasiliense.